

CARTA DO IV SEMINÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS E CAMPUS RURAL DE MARABÁ (IFPA/CRMB)

Nós, lideranças, professores e estudantes dos povos Atikum, Amanayé, Aikewara, Kyikatêjê, Parkatêjê, Akrãtikatêjê, Mbyá-Guarani e Guajajara, povos indígenas do Sudeste Paraense, reunidos no IV SEMINÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS E CAMPUS RURAL DE MARABÁ (IFPA/CRMB), durante os dias 26, 27 e 28 de novembro de 2015, na sede do Campus Rural de Marabá, em Marabá, realizado pela Coordenação do Colegiado do Curso Técnico em Agroecologia dos Povos indígenas do Sudeste Paraense, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, com o apoio da Fundação Nacional do Índio, Coordenação Regional de Marabá (FUNAI) e do Grupo de Pesquisa Territórios Indígenas e Etnodesenvolvimento, nos encontramos para avaliar e discutir a primeira turma do curso de Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas do Sudeste Paraense, bem como para propor novos cursos de acordo com a demanda dos povos da área de abrangência do CRMB.

Assim, considerando os direitos dos povos indígenas já assegurados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Constituição Federal do Brasil de 1988, na Lei 9394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Novo Plano Nacional de Educação, na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Considerando que o Estado brasileiro não tem efetivamente assegurado esses direitos nem atendido todas as nossas demandas; têm aprovado inúmeras leis anti-indígenas, provocando um verdadeiro genocídio de nosso povo.

Considerando que nosso território, nossos costumes e nosso modo de vida encontra-se cada vez mais ilhado, pressionado de todos os lados pelo modelo do agronegócio, exportador e de exploração mineral, onde somente o grande capital é beneficiado, às custas de nossas vidas.

Considerando que nossa floresta foi derrubada e nosso povo foi expulso para dar lugar a pastagens, hidrelétricas e empreendimentos de mineradoras.

Considerando que não é possível falarmos de etnodesenvolvimento e agroecologia sem termos a garantia pelo Governo Federal da demarcação, homologação, registro e desintrusão das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e outros territórios em diferentes situações fundiárias, conforme determina a Constituição Federal, tais como as terras TUWA APEKUOKAWERA, SORORÓ, AMANAYÉ, NOVA JACUNDÁ, OROROBÁ, GUAJANAÍRA.

Considerando que não é possível lutarmos pela floresta frente às propostas de emendas constitucionais como a PEC 215, Lei da Mineração e Lei da Biodiversidade.

Considerando que a luta histórica pelos direitos à educação, saúde e bem viver está inteiramente ligada à luta pela demarcação e autogestão de nossos territórios.

Considerando que avaliamos que os cursos ofertados pelas instituições públicas de educação devem ser realizados dentro de nossas aldeias, respeitando os nossos princípios cosmológicos e se fundamentando nas nossas sabedorias. Incitamos as instituições escolares, que por tantos anos andaram de mãos dadas com um sistema opressor e colonizador, neste momento a se reinventarem e se permitirem serem reinventadas pelos povos indígenas. Isso implica a valorização de nossas línguas, temporalidades e o reconhecimento de nossa sabedoria ancestral. Com isso, estamos dizendo que não temos que nos adaptar ao sistema de educação escolar do não-índio: temos que construir o nosso próprio sistema de educação escolar, a nossa própria Universidade. Nós queremos que as instituições aprendam conosco.

Considerando ainda que necessitamos de cursos que nos ajudem a fortalecer nossos territórios, nossos povos e nossa sabedoria e que precisamos produzir nosso material didático próprio, usá-lo e distribuí-lo para outras comunidades para servir de exemplo para aqueles alunos que não conhecem as nossas histórias, brincadeiras e remédios tradicionais.

Considerando que precisamos de cursos que garantam nossa soberania alimentar e a geração de renda através de nossos projetos sócio-produtivos.

Considerando que não estamos contentes com a forma como as Instituições Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior do Estado do Pará têm nos tratado já que para nós não basta ofertar vagas especiais para povos indígenas, em um sistema de cotas, pois é preciso que se crie a viabilidade de nossa permanência nos cursos. Isso significa que é preciso desde repensar a grade curricular até a proposição de auxílios financeiros, passando pela construção de possibilidades de convivência intercultural entre nós e os alunos não-índios.

Diante disso, demandamos das instituições de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior no Estado do Pará:

- 1- Que o IFPA crie o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Educação Escolar Indígena, no âmbito do CRMB, o qual deverá ser propositivo e responsável por coordenar e acompanhar todos os cursos específicos para povos indígenas ofertados pelo CRMB. Este Núcleo é embrionário para um projeto de Colegiado.
- 2- Que o IFPA crie, no âmbito do CRMB, o Observatório Escolar Indígena do sudeste paraense, do IFPA/CRMB.
- 3- Que o IFPA contribua na efetivação da ATER Indígena e implementação do PNGATI no Sudeste Paraense, a partir da formação técnica específica para os

jovens indígenas dessa região, bem como assessorando as organizações indígenas nas articulações para atender essa demanda;

- 4- Que o IFPA ofereça cursos, nas diversas modalidades, preferencialmente nas aldeias, de forma que os estudantes não tenham que se distanciar das comunidades, de suas famílias e suas responsabilidades nas aldeias;
- 5- Que o IFPA elabore, utilize e distribua entre as aldeias materiais didáticos a partir dos conhecimentos e realidades específicas dos povos indígenas, em vista de não utilizar somente materiais elaborados pelos não-indígenas;
- 6- Que o IFPA firme Acordo de Cooperação com a FUNAI para assegurar a realização das propostas aqui apresentadas;
- 7- Que o IFPA, no âmbito dos cursos ofertados pelo CRMB, respeite o calendário agro-cultural das comunidades indígenas;
- 8- Que o IFPA, no âmbito dos cursos ofertados pelo CRMB, respeite e considere em todas as etapas da formação a diferença cultural;
- 9- Que o IFPA, no âmbito dos cursos ofertados pelo CRMB, garanta a infraestrutura e quadro completo de professores para realização dos cursos;
- 10- Que o IFPA, no âmbito dos cursos ofertados pelo CRMB, assegure que a construção dos currículos tenha como ponto de partida as necessidades e potencialidades de cada povo indígena;
- 11- Que o IFPA, no âmbito dos cursos ofertados pelo CRMB, inclua a Educação intercultural no Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus e nos Projetos Pedagógicos de Curso, de todos os cursos ofertados pela instituição, invertendo a lógica de que os povos indígenas precisam se adaptar às instituições escolares;
- 12- Que o IFPA, no âmbito dos cursos específicos para povos indígenas ofertados pelo CRMB, assegure a presença dos sábios indígenas nos processos formativos;
- 13- Que o IFPA, no âmbito dos cursos específicos para povos indígenas ofertados pelo CRMB, aumente nos cursos específicos para povos indígenas a carga horária da disciplina de Direitos Indígenas;
- 14- Que o IFPA, no âmbito dos cursos específicos para povos indígenas ofertados pelo CRMB, acompanhe os projetos sócio-produtivos nas aldeias;
- 15- Que o IFPA proporcione mais espaços de debate para o fortalecimento do Movimento Indígena e da Educação Escolar Indígena;
- 16- Que o IFPA, no âmbito do CRMB, providencie a certificação do Ensino Fundamental, dos três estudantes concluintes do Curso Técnico em Agroecologia dos Povos Indígenas do Sudeste Paraense, de acordo com o

compromisso firmado quando da seleção para o ingresso desses estudantes no curso;

- 17- Que MEC, SETEC, FUNAI e IFPA aportem e viabilizem recursos financeiros e de logística para garantir o acesso e permanência dos estudantes indígenas nos cursos ofertados pelas instituições de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior do Estado do Pará;
- 18- Que as Instituições de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior no estado do Pará atuem na formação inicial, continuada e de pós-graduação dos professores que atuam nas escolas indígenas das aldeias do sudeste paraense;
- 19- Que os professores das instituições de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior no Estado do Pará, que atuam junto aos estudantes indígenas, se aproximem da realidade das comunidades indígenas;
- 20- Que as Instituições de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior, a Secretaria Estadual de Educação e as Secretarias Municipais de Educação se aproximem mais das aldeias;
- 21- Que o IFPA em articulação com as Instituições de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior ofereça cursos listados a seguir, preferencialmente nas aldeias, nas diferentes modalidades:

TÉCNICOS INTEGRADOS E/OU SUBSEQUENTES:

- Agentes Territoriais Indígenas (com ênfase em reflorestamento)
- Técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia

CURSOS DE EXTENSÃO

- Associativismo e Cooperativismo
- Cursos de Avicultura, piscicultura e apicultura
- Gestão e gerenciamento

GRADUAÇÃO:

- Graduação em Gestão Ambiental com enfoque em Reflorestamento
- Graduação em Engenharia Florestal
- Graduação em Etnodesenvolvimento
- Graduação em Agroecologia
- Licenciatura Intercultural Indígena

- Graduação em Enfermagem padrão

PÓS-GRADUAÇÃO

- Especialização em Gerenciamento de Projeto
- Educação Escolar Indígena

22- Que as lideranças e comunidades indígenas acompanhem de perto e se envolvam na formação dos estudantes indígenas;

23- Que as lideranças e comunidades indígenas apoiem e se envolvam nas atividades de pesquisa e intervenção realizadas nas aldeias pelos alunos indígenas e professores-pesquisadores comprometidos com o Movimento Indígena do sudeste paraense;

Assim, contra a violência do Estado e do latifúndio, apresentamos nossa autodeterminação. Perante o massacre promovido pelo agronegócio, respondemos com a unificação dos povos indígenas dentro de um só movimento de luta, o Movimento Indígena do Sudeste do Pará, a nível regional, o qual, a nível nacional, compõe o Movimento Indígena Nacional. Um movimento que luta pelo reconhecimento da memória, cosmologia, sabedoria e soberania dos povos indígenas. Um movimento que luta pela demarcação e autogestão de nossos territórios. Nós queremos ser os autores da nossa própria história, não queremos ser narrados. Reafirmamos a nossa indignação e salientamos o nosso repúdio ao Estado e suas políticas e ações autoritárias.

Assinam esta carta as lideranças, professores e estudantes dos povos Atikum, Amanayé, Aikewara, Kyikatêjê, Parkatêjê, Akrãtikatêjê, Mbyá-Guarani e Guajajara, povos indígenas do Sudeste Paraense; representantes da FUNAI-Coordenação Regional do Baixo Tocantins; Diretor Geral do CRMB; Coordenação Colegiada do Curso Técnico em Agroecologia dos Povos Indígenas do Sudeste Paraense e demais participantes do IV SEMINÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS E CAMPUS RURAL DE MARABÁ (IFPA/CRMB).